



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

COMO PRATICAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA

PATRÍCIA DE FARIA MARTINS DA ROCHA E SILVA

BELO HORIZONTE – 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

COMO PRATICAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Maria Angélica Araújo Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais.

BELO HORIZONTE - 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA DE FARIA MARTINS DA ROCHA E SILVA

COMO PRATICAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em _____ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof.

Prof.

Professora Maria Angélica Araújo Ribeiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido Luiz Fernando, meus filhos: Raphael, Samuel, Emanuele e ao meu bebê que trago no ventre, pelas longas noites de trabalho e escritas às quais tiveram minha ausência.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela conquista deste título e a minha orientadora Maria Angélica Araújo Ribeiro, pela paciência, tolerância, bom senso e o mais importante: companheirismo nas horas de desânimo, vontade de desistir e falta de perseverança.

*.. Escola é
o lugar que se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegre, se conhece, se estima.*

*O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.*

*E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
Nada de conviver com as pessoas e depois,
Descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede, Indiferente, frio, só.*

*Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem,
É conviver, é se “amarrar nela”!*

*Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho busca refletir e avaliar a importância da prática de uma gestão democrática da Escola Municipal Bias Fortes da comunidade de Carandaí-MG. Sobretudo, fazer valer as tomadas de decisões analisadas e fundamentadas tendo como norteador o Projeto Político Pedagógico, feito com toda a comunidade escolar. Dentro desse pressuposto, destaca-se no presente estudo a função de gestor escolar enquanto elo entre as práticas que ocorrem no ambiente escolar e o que a legislação educacional determina para a efetiva implantação do Projeto Político Pedagógico. No contexto, o gestor escolar tem um papel muito importante uma vez que, direcionado pela legislação educacional, atua como mobilizador de toda a equipe da escola para que a comunidade escolar seja chamada a participar e a partir daí, sejam traçados objetivos comuns a serem alcançados por todos, sem perda da identidade coletiva

Palavras-chave: Educação; Participação; Gestão Escolar; Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. DIFERENTES FORMAS DE GESTÃO DA ESCOLA	11
2. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	12
3. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	18
ANEXO	20

INTRODUÇÃO

Praticar a gestão democrática é um processo desafiador, pois vemos em muitas escolas o diretor resolver e decidir tudo sozinho. Mesmo que haja um colegiado, este é incentivado a concordar com tudo que o gestor fale. Portanto, para que esta prática seja pertinente são necessárias várias reflexões: O gestor pode resolver e opinar por tudo sozinho? O gestor pode ser autossuficiente para visualizar o todo na escola?

Claro que ninguém consegue visualizar tudo nem resolver tudo sozinho, principalmente porque de um lado estão os gestores, como profissionais e a clientela está de outro lado. Então, como entender e fazer a verdadeira gestão democrática? Não podemos deixar que toda esta estrutura fique na gaveta.

São incontáveis os desafios enfrentados por gestores para que aconteça a tão esperada gestão democrática. Nós, gestores, deparamos com conceitos que muitas vezes ficam apenas na teoria como diz Souza *apud* Nunes(2010):

A organização da escola e da educação, quando se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes tem sofrido de um mal: o de criar instituições meramente “cartorárias” (NUNES, 1999, p. 39). As diversas alternativas de democratização que vêm sendo praticadas país a fora, por vezes, esbarram na própria institucionalização da idéia, a ponto de a forma tomar o lugar do conteúdo, ou seja, a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação públicas se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático.(SOUZA, 2010, p. 15-22)

Porém, as perspectivas podem ser fortemente construídas através de uma prática coletiva que se dialoga com toda a comunidade escolar, para o qual o individualismo seja realmente descartado e onde se possa ouvir o outro lado da moeda, ouvir aqueles que indiretamente estão envolvidos em todo o processo. Isto faz toda a diferença. O que acontece para que a democracia não aconteça é exatamente o individualismo, apenas as ideias do gestor são levadas em conta e se

o gestor intimidar sua clientela, esta não se manifestará. Precisa-se de uma abertura por parte do gestor, como o texto de SOUZA (2010): também aponta:

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA.2010, 68p.)

Portanto, o interesse por desenvolver este tema surgiu através de leituras sobre Gestão Escolar Democrática, bem como a partir da vivência e prática como gestor e educado do ensino fundamental da rede pública.

O tema mostra-se atual e relevante para que as escolas se tornem mais eficientes e atendam cada vez melhor sua clientela que podemos chamar de “*metamorfose ambulante*” pois a cada instante esta clientela é influenciada pela mídia, globalização e todo o seu entorno.

Visando uma melhor compreensão dos momentos hoje vivenciados, é preciso ressaltar que a grande maioria dos gestores revelam consciência da necessidade de que é preciso buscar novos modos de se fazer educação. Portanto o objetivo do presente estudo é mostrar como praticar a tão falada e sonhada gestão democrática visando destacar o papel do gestor escolar, abordando qual perfil se espera desse profissional Também visou-se diagnosticar que aspectos devem ser considerados pelo gestor para transformação da escola em um espaço mais democrático e participativo. ...

O trabalho está organizado em três partes: a primeira com a definição de gestão democrática na escola pública e a segunda parte buscamos analisar a relação entre a democratização na efetivação da gestão democrática, sendo apresentado o gestor como peça fundamental deste processo e por último, a importância do Projeto Político Pedagógico na gestão democrática.

1. DIFERENTES FORMAS DE GESTÃO DA ESCOLA

O gestor escolar, é a figura fundamental para o bom andamento de uma escola. No entanto, aquele gestor que realiza seu trabalho com autoritarismo, individualismo, com imposições hierárquicas e fragmentando atribuições está sendo substituído por um gestor que atua de forma diferente, ou seja, atua democraticamente.

Diretores que se sentem donos da escola, e lutam pelo cargo até aposentarem e conseguem, não praticam uma gestão democrática. Ainda muito pior acontece quando, na rede municipal, o gestor é indicado pelos prefeitos e influenciado a obedecer a tudo o que for conivente com a politicagem.

Considerando as posições, individualistas e autoritárias, adotadas por parte de alguns gestores escolares, Dalbério (2008) nos informa que

[...] o Brasil tem uma história que criou uma cultura de comandos autoritários de mandatos legais, baseados mais no direito da força do que na força do direito. E mudar mentalidades formadas para a submissão, o respeito à ordem e a obediência às regras impostas, não é tarefa fácil. Por conseguinte, encontramos, em nosso meio, comportamentos de toda ordem, explicitando a inércia, a rivalidade, o corporativismo, o preconceito, a desconfiança, o desinteresse pela mudança e pelo novo, o conformismo, a falta de perspectivas e a incapacidade de enxergar novas possibilidades. (DALBÉRIO, 2008, p. 1).

Portanto, é importante destacar, que a postura de um novo gestor escolar pode ser caracterizada por um trabalho de compartilhamento de responsabilidades dentro do ambiente escolar.

O que se torna inadmissível, hoje, é aquela gestão centrada na figura do gestor. Aquele que busca ser o único determinante de ações, responsável pelo sucesso ou fracasso de toda a escola em todos os aspectos, assumindo responsabilidades que seria do Estado e ou Município. Este modelo de gestão não atende aos anseios da comunidade escolar.

Para se obter sucesso faz-se necessário que a gestão escolar seja realmente descentralizada, que haja divisões de atribuições não ficando tudo a cargo do gestor.

A parceria necessária entre escola e comunidade deve buscar todos os envolvidos neste contexto escolar sobre a supervisão e orientação do gestor, deixando de ser uma autonomia decretada e sim compartilhada.

Freire (2003, p. 11) afirmava que sendo os homens seres políticos era “preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”.

A gestor escolar atualmente precisa estar em sintonia com os desejos da comunidade escolar, saber ouvir e agir e reconstruir saberes e fazeres, tornar-se descentralizada. Assim, a gestão prevalece na escola numa vivência democrática, dando a os direitos de ter voz e vez.

2. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

O mundo está em constantes mudanças. Vivemos em uma comunidade mundial na qual se torna necessário repensar a educação e as formas de gestão nas instituições de ensino. As mudanças vividas na atualidade hoje, em um contexto de mundo globalizado, nos remetem a um processo novo de superação, criação e inovação.

O novo gestor que a sociedade busca precisa ter um perfil que atenda às necessidades dessa nova realidade e colabore na construção desse novo contexto social, desenvolvendo ações de responsabilidades coletivas e propiciar o desenvolvimento profissional de todos envolvidos nesta realidade.

Dentro do espaço escolar, faz-se necessário que o exercício da participação democrática se concretize. A escola não pode dificultar a participação da comunidade escolar, mas ao contrário, ela precisa favorecer essa atuação.

Os processos de descentralização são atualmente um dos principais tópicos das reformas educacionais, oferecendo um atendimento voltado para reflexão, crítica, ação e renovação. Portanto, a gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são anseios dos educadores que acreditam na oferta de uma educação pública de qualidade social e democrática. Por isso, saber definir, delegar,

e co-reponsabilizar precisam ser atitudes adotadas constantemente pelo gestor.

Segundo Libâneo (2004), a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma. É papel do gestor propiciar meios para que haja a interação da comunidade e escola, tornando-se parceiras em busca de um só objetivo: uma educação de qualidade e uma escola igualitária e democrática.

O gestor juntamente com sua equipe precisa fazer com que sua escola seja referência em educação. Para isso, o gestor precisa estar sempre em busca de inovações e aberto a novas propostas, para que o ambiente escolar se torne um lugar prazeroso e de atendimento invejável aos demais ambientes escolares.

De acordo com Dalbério (2008),

[...] a democracia na escola só será real e efetiva se puder contar com a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito, nesse espaço. É preciso fazer com que a gestão democrática se realize concretamente na prática do cotidiano escolar [...]. (2008, p. 3).

Dessa forma, percebe-se que para a concretização de uma gestão democrática é necessário a participação ativa de todos, pois não se constrói uma escola democrática sem a efetiva participação de todos os seus membros. Nesse sentido, Freire (2003), nos ensina que não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Ao falar em gestão democrática é indispensável fazer a ligação entre autonomia e participação. Na efetivação de uma gestão democrática percebe-se ser importante buscar a parceria, a participação para que juntos busquem soluções, elaborem o Projeto Político Pedagógico da Escola, planejem e participem de eventos, enfim participem de todo o planejamento escolar, e da concretização do mesmo, traçando novas metas e objetivos em prol da satisfação de toda comunidade escolar.

3. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental em uma escola como o produto do planejamento coletivo que revela a ousadia desta escola em assumir a sua auto-gestão. Ele também é importante, principalmente na efetivação da gestão democrática, pois sintetiza a realidade da instituição, o que se deve trabalhar, qual a missão da escola e suas atribuições em busca de um atendimento em excelência.

E por esse motivo, não é um instrumento acabado, definitivo. Deve ser sempre objeto de reflexão e de ajustes e ao mesmo tempo em que representa a identidade da escola, é também inspiração permanente para ações, reflexões e mudanças. É um instrumento dinâmico que constrói e reconstrói toda a história da comunidade e contribui de forma significativa para um repensar, reavaliar e reestruturar as ações pedagógicas e administrativas da escola, bem como sua relação com a comunidade e todo o contexto social.

O PPP da escola da Escola Municipal Bias Fortes aponta uma clientela de zona rural e majoritariamente grande carência sócio econômica onde subentende que estas pessoas não são capazes de opinarem em decisões colegiadas. Isso fica claro quando o PPP aponta a participação dos pais quando necessário ou quando solicitados.

Nesse sentido, a escola somente poderá ouvir e atender adequadamente a comunidade a partir do momento que os segmentos internos da instituição tiveram coesão e também participarem ativamente nos processos de decisão e elaboração do Projeto Político Pedagógico. Quando se refere à construção de uma escola participativa, Wittmann (2000, p. 23) afirma que “o início da reflexão deve partir dos dirigentes escolares e, a partir disso dirigir-se para o corpo docente seguido por toda a comunidade”. Ele continua:

Está sendo ampliado o poder de decisão no âmbito da escola, instituindo-a como uma efetiva instância da administração pública da

educação. [...] Muito mais do que redefinir organogramas e reestruturar órgãos, importa reconstruir o pensar e o fazer da administração da educação, garantindo sua pertinência e consistência com o real. (WITTMANN, 2000, p.92)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) dispõem sobre a gestão democrática do ensino público na educação básica, garantindo assim a descentralização do “poder”, processos coletivos de participação e decisão nas unidades escolares.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL. LDB, 1996, Art.14)

Diante da lei, fica bem claro a importância de todos para a prática da gestão democrática. No PPP da escola analisada, observa-se que a comunidade é distante e não participa de reuniões, assim como muitas outras escolas. No caso específico tratado no art. 14, essa tarefa é ainda mais desafiante para a escola, porque afeta o núcleo do poder. Na concepção de Apple (1989, p. 67) corroborada anos depois por Luck (2002),

O gestor escolar é também aquele que consegue delegar atribuições ao seu grupo de trabalho, ou seja, ser líder em uma escola democrática, não envolve concentração de poder, mas sim divisão do poder e das decisões com o grupo de trabalho. (LUCK, 2002, p. 36)

Portanto, para uma gestão democrática, a participação de todos na elaboração do PPP é uma forma de gerir uma instituição com transparência e cumplicidade nas decisões e nas ações e com democracia. Vemos a prática democrática como um acolhimento de ideias e mudanças que daqui para frente não param. Um PPP feito hoje não poderá ser usado nos próximos anos, pois dependerá do momento, da sociedade que estará agregada na instituição.

Percebe-se que em uma gestão democrática há a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, corpo docente, discente, pais, alunos; que juntos constroem e avaliam o PPP, deliberam na administração dos recursos da escola, participam do processo de escolha do dirigente escolar, entre outros processos decisórios, na busca de se alcançar o sucesso escolar dos alunos. A participação de cada um se faz necessária e o reconhecimento de suas ideias e sua contribuição deve ser independente do nível hierárquico em que ele ocupa na unidade escolar.

Porém, a realidade de muitas escolas e pegarem projetos prontos ou simplesmente cópias de outras realidades e forjá-las à situação de sua escola. Não dá para fazer de conta que toda escola é igual que todas crescerão da mesma forma, que toda comunidade pense da mesma maneira e pensará sempre.

Precisa ser quebrado os comodismos de regras prontas, o que leva ao porquê de um gestor não ser indicado mais do que dois mandatos consecutivos, pois isto tornaria uma escola monótona e sem abertura para novas ideias.

A escola a qual trabalho, é estadual, e o processo já está mais democrático havendo eleições onde toda a comunidade participa. Isso já caracteriza democracia, pois lá tem um colegiado que já participa de tudo o que acontece na escola, melhorando muito muito e a cada momento ficando atentos às novidades impostas dependentes ou não de seus anseios, vontades e frustrações.

Contudo para que uma escola se torne aberta ao diálogo faz se necessário um bom acolhimento uma boa convivência, uma extensão de família onde todos lutam por uma melhoria global e não individualista, onde todos cresçam todos ganhem e o mais importante se alguém se perder todos estarão perdendo. Nesse sentido, destaca-se a importância do papel do diretor escolar enquanto profissional com o conhecimento necessário à implementação da legislação frente às práticas pedagógicas executadas, assegurando a plena participação na elaboração do Projeto político Pedagógico para que o ensino seja democrático e de qualidade em todas as realidades do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as novas tendências da educação no novo milênio e as contribuições que estas apresentam para a atuação do gestor escolar em relação à aprendizagem, é uma tarefa que requer conhecimento e responsabilidade. É possível viver uma gestão democrática relacionada e embasada na teoria, unindo teoria e prática. O que tem que acontecer é um PPP realizado com a comunidade escolar, pois se este não é feito com a mesma, como garantir a democratização?

Para que isso não ocorra, devem ser observadas as diferenças que envolvem o processo de estruturação com suas conseqüentes diferentes formas de adaptação ao social, o que implica o convívio com o desafio de se poder contribuir para pensar a construção de caminhos adequados para a aprendizagem.

Ao elaborarmos o PPP em grupo, aprendemos muito e conseguimos visualizar as estruturas de uma verdadeira gestão democrática. Isso nos ajudou a contribuir para que nossa escola cresça e esteja sempre disposta às mudanças que não param. Buscamos fazer da nossa escola um ambiente acolhedor, dinâmico, e lugar para troca de ideias, sempre atentos a clientela que por sua vez é também heterogeneia e transformada a cada tempo que se passa.

Percebemos que os processos de decisão tomados no interior da escola somente terão sintonia com as realidades e contribuirão de forma eficaz para a formação de uma gestão democrática consciente a partir do momento em que o líder, representado pelo gestor, levar em consideração as ideias que o grupo tem sobre o processo. Ser um líder democrático é assumir a responsabilidade de tomar decisões, porém, também envolve a necessidade de ouvir o grupo e partilhar coletivamente tais decisões.

O papel do gestor consiste em ter uma visão humana sobre o processo educativo, de modo a levar a escola a cumprir o seu papel de formadora para a cidadania. A escola precisa trabalhar em prol de uma educação embasada no

respeito, colaborando na formação de pessoas comprometidas com a promoção da dignidade humana e o bem-estar social e comunitário, porém, para que isso aconteça é preciso que todos os envolvidos percebam seu papel enquanto construtores de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria do Estado da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**. ISSN: 1681-5653. nº 47/3, 25 de octubre de 2008. EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI). Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/2420Borges.pdf>>. Acesso em: 19 fevereiro 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra 36.^a ed. 2003; 184 p.

_____, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Editora Olha D'água. 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5^aed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **A Escola Participativa**: o Trabalho do Gestor Escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

NÓVOA, António Flávio Barbosa. **Profissão Professor**. Portugal: Porto Editora, 1991.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al). **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

Acesso em 04 janeiro.2015.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor**. Em Aberto, Brasília, v.17, n.72, p.88-96, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 06 fevereiro.2015.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL BIAS FORTES**

**MARGARIDA MARIA BARBOSA
MARISETE CRISTINA DE MELO BRANDÃO
PATRICIA DE FARIA M. DA ROCHA E SILVA**

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL BIAS FORTES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial, sob a orientação da professora Micheli Virgínia de Andrade Feital, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	-----	3
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	-----	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	-----	9
2.1. Estrutura Administrativa	-----	10
2.2. Estrutura Pedagógica	-----	12
3. CURRÍCULO	-----	20
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	-----	25
5. PROCESSOS DE DECISÃO	-----	30
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	-----	33
7. AVALIAÇÃO	-----	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	-----	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	-----	40
ANEXO	-----	42

INTRODUÇÃO

A universalização do ensino fundamental implica a garantia de acesso, de permanência e de continuidade dos estudos, para a formação de cidadãos capazes de atuar na sociedade como agentes de transformação. Nesta perspectiva, o grande desafio da educação brasileira consiste em avançar no sentido de garantir uma educação de qualidade e assegurar a todos o princípio fundamental do direito à educação.

Planejar o trabalho da escola é condição imprescindível para que objetivos sejam traçados e alcançados. Esta construção precisa, no entanto, ser edificada em um processo democrático de gestão, em que os atores escolares possam encontrar espaços de participação e assumam coletivamente a escola e nela adotem intervenções responsáveis.

Essa ação de planejar e intervir adequadamente define responsabilidades, alivia tensões, gera confiança e garante sucesso. Em consequência, desencadeia-se um processo de valorização dos sujeitos, com a elevação da autoestima de todo o grupo, fortalecendo canais de participação.

Como instrumento essencial para a organização do trabalho pedagógico, o PPP ganha importância e nasce da necessidade de modificar uma realidade existente para construção de um novo cenário que se deseja. O PPP deve representar, portanto, o desejo de um coletivo e consistir em um plano de melhoria, num processo em que a escola assume a sua autonomia para alcançar seus objetivos.

O Projeto Pedagógico é um instrumento de planejamento e gestão que dá sentido e identidade a toda a instituição. Como nos esclarece BARBIER (1996):

...projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma ideia, transformando-a em ato. Para tanto, considerando-se o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam motivadas e adquiram uma visão da relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recursos-limitações-gestão. A motivação, entretanto, constitui um trabalho próprio do imaginário. Daí porque sem imagens fortes que estimulem as ações, um projeto corre o risco de não se viabilizar, tendo em vista que as nossas imagens constituem uma força, e é

impossível mudar sem que nossas representações sejam trabalhadas. (BARBIER, 1996, p.34).

A Escola Municipal “Bias Fortes”, integra a rede Municipal de Ensino, é coordenada pelo Departamento Municipal de Educação – DME - órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, representado aqui pela 3ª SRE- Barbacena/MG. Está situada na zona urbana, à Rua Cônego Cota, nº19, Bairro Centro, no Município de Carandaí-MG. O quadro administrativo-pedagógico da escola é constituído por uma diretora, duas supervisoras, uma secretária, dezessete professores e seis auxiliares de serviços de educação básica. Além desses, temos também quatro monitores de oficinas do Programa Mais Educação.

A escola oferece o ensino fundamental, anos iniciais, do 1º ao 5º ano, num total de 10 turmas que se dividem em dois turnos: 5 turmas são atendidas no primeiro e 5 no segundo. Temos matriculados no ano em curso, um total de duzentos e seis alunos, estes oriundos da comunidade próxima, alguns da zona rural e majoritariamente apresentam grande carência sócio-econômica. Realidade que aumenta a responsabilidade social da escola para que condições favoráveis de aprendizagem sejam criadas. É fundamental que nossos alunos se sintam bem no ambiente escolar, que gostem da escola e que queiram estar neste lugar, elevando a autoestima do grupo.

As instalações físicas atuais estão dentro dos parâmetros considerados ideais, pois passamos por uma grande reforma e adequações diversas foram feitas, principalmente a acessibilidade com banheiros adaptados para cadeirantes, rampas, grades de proteção e corrimão em todas as dependências.

O prédio é centenário e patrimônio público do município, com a preservação da arquitetura original e conta com seis salas de aulas, amplas e bem ventiladas. Destas, uma é utilizada para laboratório de informática e para atividades do programa Mais Educação. Temos sala para a direção, para as especialistas, secretaria, biblioteca, cantina, refeitório coberto, quadra coberta, pátio descoberto e um parquinho. Temos também espaço para o projeto Horta Escolar.

É fundamental combater o fracasso e a evasão escolar, implementando políticas que garantam a permanência dos alunos na escola, oferecendo meios que

atraiam esses alunos, para se ter de fato, o que a escola almeja. Com efeito, nosso Projeto Político Pedagógico deve se orientar pelos seguintes princípios:

1 – Todos podem aprender: esse é o desafio que uma escola de qualidade deve assumir. A Escola propiciará condições para que, no processo de ensino-aprendizagem, os alunos sintam-se motivados a “aprender a aprender”, tornando mais importante o aprender do que o ensinar.

2 – Os alunos devem ser considerados como sujeitos de direitos. É esta compreensão que sustenta a busca da igualdade e contribui para transformar em realidade o discurso de que a educação básica é para todos.

3 – O grande desafio da escola é fazer aprender, utilizando métodos científicos e recursos pedagógicos que, reconhecendo as diferenças existentes entre os alunos, garantam a todos o acesso à educação de qualidade.

4 – O currículo deve ser implementado de forma interdisciplinar e contextualizada e o trabalho docente deve ser coletivo.

5 – A avaliação dos alunos deve ser processual, contínua e formativa, tendo como finalidade a compreensão e a regulação dos processos dos educandos, para auxiliá-los em sua trajetória escolar, garantindo a progressão continuada das aprendizagens.

6 – A Gestão Escolar precisa ser democrática, descentralizada e autônoma, para que os tempos e espaços escolares sejam reorganizados, permitindo a flexibilização na apresentação dos conteúdos programáticos.

Conhecendo nossa realidade e buscando uma gestão com êxito, precisamos traçar estratégias possíveis para concretização das ações e buscar sempre o envolvimento da família e comunidade escolar. Rubens Camargo e Teresa Adrião (2003, p. 31 e 32), apontam as estratégias a seguir, como elementos podem impulsionar um trabalho participativo e de qualidade na escola como:

- Utilizar diferentes instrumentos e formas para chamar a comunidade a participar da gestão da escola, promovendo discussões, manifestações culturais, mudando o funcionamento das reuniões que já são realizadas, acolhendo de maneira prazerosa os sujeitos envolvidos;
- Organizar as reuniões, com pauta previamente definida e divulgada, horário para começar e acabar, delegação de trabalhos por meio de comissões etc., pois a sensação de improdutividade é um dos fatores que gera as abstenções nos encontros;
- Adotar a sistemática de rodízio para a coordenação de reuniões, dado ser esta uma habilidade que se adquire ao exercê-la;

- Realizar, sempre que necessário, uma decodificação das leis, normas, portarias e demais documentos formais, pois nem todos dominam a linguagem burocrática;
- Estabelecer coletivamente prioridades e distribuir, também de maneira coletiva, as responsabilidades pela sua operacionalização;
- Definir prioridades e metas, pode e deve pressupor a seleção de recursos e prazos a serem cumpridos atingido, caso contrário a sensação será de incapacidade;
- Propiciar e valorizar as discussões prévias entre representantes e representados para subsidiar o processo de tomada de decisões;
- Incorporar experiências populares e locais na resolução de problemas pontuais, como tática para o incentivo aos encontros coletivos (...);
- Lembrar que um coletivo articulado geralmente desenvolve instrumentos de pressão mais eficazes.

Nesse sentido, fica evidente a importância da escola ter uma visão definida do que quer e precisa-se conhecer a exata dimensão da escola real e a escola ideal, para que sejam traçadas estratégias acertadas de ação e propostas possíveis.

Neste PPP, apresentamos as diretrizes referenciais, filosóficas e operacionais que deverão nortear o processo ensino-aprendizagem da Escola Municipal “Bias Fortes”, com o propósito de oferecer condições para a formação de um cidadão crítico, criativo, responsável, visando a qualidade de ensino e integração entre comunidade e escola.

1 – FINALIDADES DA ESCOLA

As transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, consequência dos processos de globalização, têm reflexos na sociedade e, com efeito, nas escolas. Os nexos entre essas transformações e a administração escolar apontam para os novos desafios frente aos gestores educacionais para o exercício da prática competente e reflexiva. Diante desse cenário, Paro (1997) afirma:

Nessa relação, entretanto, é necessário uma visão crítica do processo da administração escolar, a qual exige um conhecimento mais ou menos preciso da estrutura socioeconômica da sociedade capitalista que vivemos. A gestão escolar precisa ser entendida no âmbito da sociedade política comprometida com a própria transformação social (PARO, 1997, p. 149).

A escola hoje vem buscando adotar posturas menos conservadoras e assumir processos de aprendizagem que se ajustam à realidade de sua clientela. A preocupação com o aluno vai além do aprendizado; abrange questões sociais mais

amplas e ocupa-se de uma visão de futuro para que esse aluno tenha perspectivas profissionais e realização humana.

Para isso, torna-se necessário um novo modelo de gestão escolar, participativo, democrático e autônomo, com a construção de um ambiente educativo que proporcione aos alunos aprendizagens significativas. É preciso considerar a educação na sua dimensão social, para além da escolarização como prática educativa institucionalizada. No entanto, sabemos que ela tem na escola o seu *lócus* privilegiado. É importante que essas políticas não sejam entendidas a partir da submissão “à lógica utilitarista, de vinculação irrestrita às demandas do processo produtivo” (DOURADO, 2003, p. 79). Isto significa dizer que a escola, principalmente a pública, não deve ter vínculo apenas com a lógica do mercado de trabalho, ou seja, precisa desempenhar o seu papel político-institucional, resgatando, assim, a sua função social.

As políticas voltadas para a democratização das relações escolares devem considerar o contexto em que elas se inserem, suas necessidades decorrentes e as condições objetivas em que elas se efetivam. Como afirma a LDB (1996):

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (LDB nº 9.394/ 1996. Art. 2º)

A educação deve ser instrumento de humanização e de interação social, proporcionando uma educação de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação. Nesse processo cooperativo são maiores as possibilidades de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se, como ser único, mas também coletivo.

Importante também é fortalecer um currículo em que o conteúdo a ser desenvolvido seja relacionado ao cotidiano do educando, utilizando situações de sala de aula, discutindo e informando através de temáticas que tenham ou que criem significado para o aluno.

A escola precisa proporcionar condições favoráveis para a construção consciente de valores cívicos e sociais. Deve assegurar espaços e oportunidades para a liberdade de expressão, garantindo a autonomia com responsabilidade,

diante dos fatos cotidianos. Com isso, são inúmeras as possibilidades da escola de promover a formação para a ética e cidadania

O momento histórico vivenciado, no contexto educativo escolar, aponta para uma Filosofia de Educação que possa contemplar as múltiplas dimensões do homem, como sujeito inserido num contexto social. Segundo Cury (1997), essa perspectiva teórica, extrapola os segmentos escolares. Para ele,

na gestão democrática, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, mas para que ocorra essa sintonia é necessária à participação de todos os segmentos que compõem o processo educacional, de um trabalho coletivo que busque ações concretas. Para que se efetive essa gestão democrática, faz-se necessário vivenciar, no dia-a-dia, incorporar ao cotidiano da escola e tornar essencial para a vida organizacional da escola, assim como é fundamental a presença do professor e do aluno. (CURY, 1997, p. 27)

A escola hoje passa a ser parte inseparável da totalidade social e busca o conhecimento do mundo. Para tanto, a organização e o currículo escolar, bem como os programas e os planos de ensino, devem ser considerados como ponto de partida para apropriação, sistematização, produção e recriação do saber.

Objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo, a escola busca na pedagogia progressista, baseada nos estudos de Paulo Freire, a teoria dialética do conhecimento, refletindo a prática e retornando a ela para transformá-la. Educador e Educando aprendem juntos numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta esta teoria, num processo de constante aperfeiçoamento.

Para Paulo Freire "o homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação homem – mundo- sujeito - objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis". É refletindo sobre seu ambiente concreto que o homem chegará a ser sujeito. Quanto mais ele reflete sobre a realidade, mais se torna progressivo e gradualmente consciente e comprometido a intervir na realidade para mudá-la (MIZUKAMI, p.86, 1986).

Outra tendência pedagógica da escola é o construtivismo, que se sustenta no processo pelo qual o indivíduo desenvolve sua inteligência adaptativa e seu próprio conhecimento.

Para Piaget, a noção de desenvolvimento do ser humano se dá por fases que

se relacionam e se sucedem, até que se atinjam estágios da inteligência caracterizados por maior mobilidade e estabilidade (MIZUKAMI, p.60,1986). "O ser humano constrói o seu conhecimento interagindo com o meio, desenvolvendo suas estruturas cognitivas até atingir um nível de maturidade que permita elaborar o aprendido e novamente recomeçar o processo."

Enfim, a tendência pedagógica da Escola Municipal "Bias Fortes" é a constante busca de um ensino de qualidade, através do exercício pedagógico que desafie o aluno a confrontar seu saber com os saberes produzidos. Dessa forma, nosso trabalho precisa garantir condições de acesso e permanência de todos e prepará-los para enfrentar um mundo caracterizado pela inovação e conhecimento.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os termos organização e gestão são geralmente associados à ideia de administração, de governo, de meios para o funcionamento de determinada instituição social, como família, empresa, órgão público, escola, sempre com o intuito de alcançar seus objetivos.

Organizar significa dispor de forma ordenada, estruturar, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-la, visando alcançar os objetivos esperados. Sobre organização e gestão escolar, Libâneo et. al. (2003, p. 293), ressalta que "a organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados."

Para se ter uma estrutura organizacional bem sucedida é preciso articular as normas, diretrizes, ações e procedimentos, permitindo conectar os recursos materiais, humanos, financeiros e intelectuais, assim como a coordenação do trabalho das pessoas envolvidas.

Tendo em vista que a escola é uma organização e nela há interação social, é preciso criar meios e normas para de uma boa convivência no espaço da escola, a fim de um objetivo maior, que é o aprendizado do aluno. Como mostra Cury, p. 22, 1997:

“[...] A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia a participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade[...].”

Nessa perspectiva, a gestão democrática é organizada para mobilizar meios e adotar procedimentos visando alcançar uma estrutura organizacional das esferas da gestão administrativa, financeira e pedagógica.

A Escola Municipal Bias Fortes, conta com uma estrutura física de um prédio com um anexo; no primeiro bloco possui três salas de aula, sala de informática, sala da direção, da supervisão e quatro banheiros (um com acessibilidade). A secretaria, a biblioteca, dois banheiros e mais duas salas de aula ficam no anexo dois construído em 1996, na parte inferior do lote à direita. A sala dos professores, cantina, refeitório, e o almoxarifado funcionam na parte inferior do prédio antigo. Temos ainda uma quadra coberta, um pátio externo e uma horta cultivada nas oficinas do projeto Mais Educação.

2.1- Estrutura organizacional administrativa

2.1.1- Da Diretoria

A gestão da escola tem à frente uma diretora, que foi nomeada através de

Decreto Municipal.

À Diretora da escola compete:

I- orientar e administrar todo o trabalho escolar;

II- organizar, coordenar, controlar e avaliar os trabalhos desenvolvidos

no

estabelecimento;

III- delegar competências;

IV- estabelecer as atribuições de seus subordinados hierárquicos;

V- assinar toda a documentação da escola;

VI- representar a escola perante órgãos administrativos;

VII-cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas dos órgãos competentes;

VII- velar pela fiel observância do regime didático e disciplinar;

IX-coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola;

X- estabelecer diretrizes e instruções referentes ao regime disciplinar para o

Pessoal técnico-administrativo, docente e discente;

XI- favorecer a integração da Escola com a comunidade, através de mútua

cooperação, na realização das atividades de caráter cívico, social e cultural.

2.1.2- Da Secretaria

A Secretaria terá por finalidade:

I- a organização dos serviços de escrituração escolar, da escola, tanto do

corpo docente quanto discente.

II- a execução e controle das normas administrativas da escola;

III- atender às solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;

IV- manter atualizada toda a documentação do estabelecimento;

V- desincumbir-se de todas as atividades que, por sua natureza, estão no

âmbito de sua competência.

2.1.3- Dos Serviços Gerais

A Escola Municipal Bias Fortes conta com serviços de conservação, limpeza e cantina. Os funcionários dos serviços gerais serão admitidos em

consonância com as exigências legais.

As atribuições do pessoal dos serviços gerais serão supervisionadas pelo

Diretor, em conformidade com as necessidades do próprio estabelecimento.

2.1.4- Da Tesouraria e Contabilidade

Compete à Tesoureira:

- I- Acompanhar os repasses feitos a Caixa Escolar;
- II- Fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos que forem determinados pela Inspetoria de Finanças da Secretaria da Educação;
- III- Apresentar mensalmente, ao Diretor, o balancete das contas;
- IV- Efetuar pagamentos autorizados pelo Diretor;
- V- Manter em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis da Caixa Escolar;
- VI- Assinar cheques juntamente com o Diretor.

2. 2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

2.2.1- Do Serviço Pedagógico

O Serviço de orientação e supervisão pedagógica é formado por duas especialistas efetivas, umas por turno e estas têm a função de acompanhar todo o trabalho pedagógico da escola com monitoramento da aprendizagem das cinco turmas do ensino fundamental.

As finalidades desse serviço são:

- a. Acompanhar o desenvolvimento de todo o trabalho de ensino-aprendizagem, de modo a estabelecer a harmonia entre as atividades, áreas de estudo ou disciplinas afins e o constante aperfeiçoamento do sistema pedagógico;
- b. Propor critérios para a composição de turmas e orientar a execução

- do plano aprovado pelos gestores;
- c. Fornecer ao gestor, quando solicitado, os elementos relativos às necessidades de aperfeiçoamento técnico e cultural do corpo docente e às condições e instrumentos requeridos para melhor eficiência do ensino;
 - d. Promover a análise dos resultados do ensino em cada período letivo, organizando e mantendo em dia quadros de acompanhamento da vida escolar;
 - e. Organizar arquivo específico sobre as atividades dos professores, possibilitando informações objetivas para avaliação de seu trabalho na comunidade escolar;
 - f. Supervisionar os Estágios, e outras práticas educativas;
 - g. Coordenar as reuniões de módulo e conselho de classe para análise do rendimento dos alunos e avaliação do trabalho dos professores.

2.2.2 - Serviços Pedagógicos Complementares

A Sala de informática está em processo de adaptação e será reativada brevemente. A biblioteca escolar é um dos espaços indispensáveis para o processo ensino aprendizagem dos alunos e dos professores e deve desenvolver projetos que integrem a atividade leitora ao desenvolvimento da cidadania. Tem a finalidade de fornecer elementos necessários ao aluno para o desenvolvimento realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas, pesquisas e empréstimos de livros durante todo o ano letivo. O serviço conta com uma bibliotecária à disposição.

Para aperfeiçoamento e acompanhamento didático pedagógico do corpo docente, estamos sempre participando de seminários, cursos de capacitação e atualização promovidos pelo Departamento Municipal de Educação. Além dessa modalidade de formação a equipe, em parceria com o governo Federal e Estadual, desenvolve e participa do Plano de Intervenção Pedagógica-PIP, do Pacto Alfabetização no tempo certo, bem como projetos culturais de nossa cidade.

2.2.3 – O Conselho de Classe

O Conselho de classe tem por objetivo refletir sobre o desempenho dos alunos a partir das observações e registros, sob a forma de portfólio, organizado pelos professores, com a coordenação do serviço pedagógico. É no Conselho de Classe que são avaliadas as ações pedagógicas desenvolvidas ao longo do bimestre, quando são definidas as intervenções para superação de defasagens e baixo desempenho do aluno. A partir das observações, sugestões e decisões do Conselho de Classe são encaminhadas ações com os alunos, junto às famílias e outras pertinentes ao percurso escolar do aluno. Sobre o Conselho de Classe, SOUZA (2010), descreve:

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante. (SOUZA, Ângelo Ricardo, 2010 p.)

2.2.3.1- Composição do Conselho de Classe

- a. Diretor ou representante;
- b. Especialistas da educação;
- c. Professores da turma;
- d. Pais e alunos, quando necessários ou solicitados.

2.2.3.2 – Competências do Conselho de Classe

- I. Oportunizar a cada professor a visão global da aprendizagem do aluno através do confronto das diversas avaliações, bem como de outras informações;
- II. Debater sobre o desempenho dos alunos frente às atividades que são oferecidas pela escola;
- III. Colocar como ponto de reflexão a prática pedagógica de cada docente, situando a relação aluno/professor/conteúdos e atividades propostas;
- IV. Traçar um perfil da turma, indicando alunos com dificuldades específicas, analisando as causas do seu rendimento e encaminhando-os à recuperação de conteúdo e/ou habilidade;

- V. Tomar decisões visando atender às necessidades da série e de cada aluno;
- VI. Interpretar e registrar sistematicamente os dados analisados;
- VII. Avaliar o desempenho docente em relação ao desempenho discente;
- VIII. Redimensionar, se necessário, procedimentos pedagógicos a partir da análise dos planos de curso;
- IX. Buscar a coerência com o Projeto Político-Pedagógico da Escola;
- X. Opinar, refletir e decidir sobre a avaliação final do aluno que adquiriu as habilidades e competências necessárias, como aquele que teve seu processo de aprendizagem comprometido;
- XI. Decidir sobre a retenção do aluno após a comprovação de que todos os mecanismos foram adotados no sentido de permitir que o aluno superasse suas dificuldades de aprendizagem;
- XII. Elaborar propostas e estratégias para acompanhar os alunos retidos, identificando as causas do fracasso individual e/ou coletivo dos alunos;
- XIII. Registrar, em ata própria, todas as decisões do Conselho de Classe, bem como repassar à família para que esta tome conhecimento destas decisões.

2.2.3.3 – Atendimento ao aluno portador de necessidades educacionais especiais

A escola conta com professores de apoio para atendimento ao aluno portador de necessidades educacionais especiais. O serviço de assistência ao aluno vai além do âmbito escolar. Através de parcerias com o DME e Secretaria Municipal de Saúde e após sondagem minuciosa na escola, os alunos com dificuldades e com problemas emocionais são encaminhados para especialistas (neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo...) para tratamento, com o apoio da família. Tudo isso visando assegurar condições para o desenvolvimento de um trabalho eficiente, com resultados satisfatórios para todos os alunos

Após diagnóstico do professor regente, com relatório detalhado sobre o desenvolvimento do aluno, este é encaminhado a um especialista, neurologista, fonoaudiólogo, oftalmologista, entre outros. O Departamento Municipal de Educação contrata um professor com formação específica para atender as necessidades daquele aluno. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais

especiais ocorre por meio de estratégias de aprendizagem, centradas em novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

É um atendimento de natureza pedagógica, em espaço organizado, dentro do ensino regular, nas dependências da sala de aula e fora dela, com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação específica para trabalhar com esses casos.

O atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais deve basear-se num diagnóstico prévio, na elaboração do PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, na capacitação de profissionais. Estes devem buscar o aprimoramento profissional, através de estudos e pesquisas e desenvolver práticas pedagógicas alternativas, na busca de parecerias com outras instituições e cumprimento da Resolução nº 451 de 27 de maio de 2003 que versa sobre o atendimento educacional especializado, conforme conteúdo a seguir:

I - pesquisas e estudos científicos para aprimorar os processos

II - avaliação educacional realizada por uma equipe pedagógica composta por professores, supervisor pedagógico ou orientador educacional;

III - diagnóstico multidisciplinar, envolvendo profissionais da área de educação e saúde, quando for o caso, e com participação da família;

IV - relatório circunstanciado das informações básicas que justifiquem a oferta;

V - elaboração do PDI -Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno;

VI - diagnóstico multidisciplinar, envolvendo profissionais da área de educação e saúde, quando for o caso, e com participação da família;

VII - relatório circunstanciado das informações básicas que justifiquem a oferta.

2.2.3.4 - Alunos atendidos

Serão atendidos os alunos que apresentarem dificuldades educacionais especiais, temporárias ou permanentes, compreendidas segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Básicas e que se identificam a partir dos grupos descritos:

- alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades circulares
- alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos;
- alunos que evidenciem altas habilidades/ superdotação.

Portanto, Incluem nesses grupos alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros.

O atendimento será feito no espaço escolar, em turma regular e para estes alunos serão aplicados os mesmos conteúdos ministrados aos demais da classe, ressaltando a necessidade de maior assistência individual em todo o processo.

Para as atividades avaliativas serão consideradas as potencialidades, as competências e as possibilidades de cada um, objetivando proporcionar aos mesmos os meios de inclusão na sociedade.

2.2.3.5 - Perfil do professor de apoio

O professor apoio deverá ter curso de graduação, pós - graduação e/ ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da Educação Especial. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Libras, Ensino de Língua Portuguesa para surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

2.2.3.6 - Atribuições do professor de apoio

- Atuar, como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o AEE dos alunos com NEE- Necessidades Educacionais Especiais;
- Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum;
- Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da Escola;
- Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que assegurem a inclusão educacional;
- Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- Preparar material específico para o uso dos alunos atendidos;
- Articular gestores e professores, para que o Projeto Pedagógico se organize desenvolva numa perspectiva de educação inclusiva.

2.2.3.7 - Sugestões de materiais

- Jogos Pedagógicos que valorizem aspectos lúdicos, criatividade, lógica e pensamento. (podem ser confeccionados pelo professor ou adquiridos);
- Jogos Pedagógicos adaptados para atender as necessidades dos alunos;
- Livros didáticos e paradidáticos;
- Livros em Braille, livros adaptados com relevo e separador de páginas.

2.2.3.8 - Recursos específicos

A parte física do prédio deve prever acessibilidade em sua estrutura física, como rampas de acesso, banheiros adaptados, corrimão, entre outros.

2.2.3.9 – Estrutura do Ensino

A Escola Municipal Bias Fortes atende alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. Essa etapa de ensino abrange alunos na faixa etária de seis a dez anos. Trabalhamos na busca de uma educação voltada para a preparação de

nossos alunos na perspectiva de continuar seus estudos e não desistir de seus sonhos. Buscamos alternativas para diminuir a evasão escolar, através de projetos e oficinas que atraíam cada vez mais o aluno para a escola.

Procuramos trabalhar por intermédio de uma gestão democrática como um dos pontos mais enfatizados nas relações estabelecidas no nosso cotidiano. Com isso, observamos também uma responsabilização maior dos atores escolares e um crescente movimento em direção à autonomia, quando vemos a equipe se debruçando sobre os problemas da escola e buscando meios para solucioná-los.

Sabendo da importância da escola como agente norteador de mudanças na sociedade, deixamos aqui registrado a importância de acrescentar em nosso currículo a aquisição dos saberes convencionais e do letramento, o conhecimento de culturas que não podem ser esquecidos, valores e etnias que vêm sendo subjugados por uma minoria. Tudo para que o aluno, a partir desses preceitos, possa compreender o mundo em que vive e ser um agente capaz de promover transformações no meio em que vive e projetar seu futuro, como nos indica no texto de Jamil Cury:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação (...). (2002, p. 6 e 7)

No processo educativo, o educando traz consigo experiências vividas na família, na sociedade e em escolarização anterior. Isto lhe permite ser capaz de participar ativamente do processo da aprendizagem e de sua formação, tornando-o protagonista do próprio crescimento. Os educadores são agentes de apoio neste processo.

Assim sendo, necessário se faz o diálogo entre educando e educador buscando coerência e unidade na ação educativa.

O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, mas nessa escola só trabalhamos até o quinto ano, tem por finalidade a formação do cidadão. A organização das classes, resguardada as determinações legais vigentes se fundamenta em critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem.

O Ensino Fundamental, conforme expresso na LDB, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I- desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III- desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e formação de atitudes e valores;

IV- fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

Com esses objetivos, propostos pela LDB, o que se deseja no Ensino Fundamental é:

I- uma educação que fomente e desperte o espírito crítico do educando, a sua capacidade de argumentar, o seu espírito científico na busca de respostas aos seus questionamentos; II- jovens integralmente educados no nível do seu andamento, respeitando o ritmo próprio de cada um e os distintos graus de desenvolvimento do educando, e adequadamente preparados para participarem da transformação cristã da vida social;

II- jovens integralmente educados no nível do seu andamento, respeitando o ritmo próprio de cada um e os distintos graus de desenvolvimento do educando, e adequadamente preparados para participarem da transformação cristã da vida social;

III- jovens solidários, capazes de respeitar as diferenças intelectuais, físicas, ideológicas, de raça, de costumes;

IV- jovens comprometidos com a preservação ambiental e desenvolvimento da cultura.;

V- jovens capazes de utilizar a tecnologia para melhoria de vida do homem;

VI- jovens participantes do processo político e preocupados com o desenvolvimento social.

A organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas, considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais e políticas nas formas democráticas de tomadas de decisões que se dão coletivamente,

possibilitando aos membros do grupo discutir e deliberar, em uma relação de colaboração. As decisões são coletivas, nas quais são eliminadas todas as formas de exercício de autoridade e de poder, o processo é feito através de eleições e de alternância no exercício de funções. Nos últimos anos, a gestão democrática se destaca como tema básico nas discussões e nas proposições de medidas relativas ao projeto de modernização da administração. Nesse cenário, a descentralização é indicada como um requisito essencial à democratização.

3. CURRÍCULO

O termo currículo, de origem latina, provém de *scurrere*, que significa *pista de corrida, percurso a ser realizado*.¹ Na perspectiva do currículo escolar, através de conteúdos expressos, o aluno se apropria de conhecimentos e perfaz a trajetória de sua escolaridade.

Numa reflexão sobre as concepções de currículo escolar, a partir das análises apresentadas na bibliografia sobre o tema, observamos que muitas dessas convergem para o entendimento de que o currículo não pode se resumir a um elenco de conteúdos programáticos. Com efeito, não pode ser desvinculado da realidade escolar, mas deve constituir-se em instrumento que assegure ao aluno possibilidades e novas experiências de aprendizagem, dando-lhe a condição de sujeito social. O currículo deve promover uma visão integradora de conhecimentos, em vez de apresentar-se compartimentado em disciplinas.

Contraopondo-se a esta concepção, a proposta curricular de muitas instituições educacionais orienta-se por conceitos e ideologias transmitidos na ação onipotente e soberana do Estado, tornando-se instrumento de legitimação de um sistema social dominante, amparado no discurso da homogeneidade (LOPES, 2006, p.35).

Resulta dessa verticalidade de ações do Estado, um modelo de currículo desconectado da realidade e caracterizado pela subjugação dos processos sociais que compõem o cotidiano da escola (LOPES, 2006, p 35). Mas é também dessa realidade que surgem reflexões com elaboração teórica e uma reação, colocando na pauta do debate sobre currículo, o questionamento da suposta homogeneidade do cotidiano e da passividade dos atores escolares, diante da lógica da centralização curricular.

As teorias e manifestações em defesa de um currículo centrado na escola e na dinâmica social foram ganhando força. O fenômeno da globalização cultural expôs aspectos contraditórios e situações de homogeneização passaram a ser interpretadas como destruidoras de processos culturais. Em consequência, as teorias de currículo formuladas fora dos espaços da escola, tornaram-se alvo de críticas e reformulações e

os teóricos do assunto perceberam a importância e urgência em deslocar o foco da discussão do global para o local. (MOREIRA, 2007).

Nessa linha de interpretação, Alice Casimiro Lopes (2006, p.39), discute que nas políticas de currículo é produtivo investigar o local e o global, compreender como este processo se desenvolve e quais são os instrumentos de homogeneização. E numa contribuição para elucidar o debate, ela utiliza-se da seguinte citação:

“Investigar a tensão entre homogeneidade e heterogeneidade é se envolver com a luta entre identidade e diferença, entre o universal e particular e que nem tudo que não se deixa aprisionar na pretensa homogeneidade é resistência, e que nem tudo que busca a sintonia com o global é submissão ao instituído” (GARCIA, 2003, *in* LOPES,2006).

Dessa forma, as políticas curriculares vêm se constituindo numa produção em múltiplos contextos, onde se misturam posturas de resistência e cumplicidade, dominação e rebeldia, produzindo novos significados nas propostas curriculares das escolas. Importa saber que é no espaço da escola, com a intervenção permanente dos sujeitos escolares como protagonistas da ação, que a proposta curricular deve ser construída e implementada. O currículo está no cerne do PPP e em torno dele estrutura-se a dinâmica da escola que se movimenta, envolvendo o tempo e o espaço, as aprendizagens imprescindíveis e os atores escolares.

Ainda que as discussões sobre o currículo escolar venham convergindo para uma concepção democrática, a implantação das políticas de currículo no contexto educacional brasileiro precisam de maior sustentação.

No que se refere a normatização do currículo no Brasil, a LDB em seus artigos 26 e 27, orienta um currículo de base nacional comum para a educação básica na intenção de viabilizar uma proposta, a partir de princípios comuns. ²

Os sistemas oficiais de ensino na implementação de suas políticas de currículo norteiam-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O PNE, em sua estratégia 7.20, propõe o estabelecimento de diretrizes pedagógicas e parâmetros curriculares comuns.

Às diretrizes nacionais são acrescentados os documentos complementares das redes oficiais de ensino e norteadores do trabalho das escolas

Criado em 2005, o Currículo Básico Comum - CBC é o documento completar da política de currículo em Minas Gerais, para todas as disciplinas e níveis da educação básica. São definidos os conteúdos a serem desenvolvidos em cada disciplina, com as competências e habilidades que os alunos devem adquirir. Serve também como base para as avaliações indicativas da qualidade da educação no Estado.

Atender as orientações oficiais relativas ao currículo constitui-se em uma tarefa desafiadora e complexa. Os materiais existentes destinados a orientar a prática docente bem como a elaboração dos planos de ensino, não apresentam o *como* fazer. Contudo se são fortalecidos e valorizados os mecanismos de participação nas ações da escola é possível dar novo sentido às propostas curriculares oficiais. O seu caráter de imposição não anula totalmente a ação da escola, que não se vê impedida de voltar o olhar para a sua realidade e construir uma rede de interlocução entre alunos, professores e todos os envolvidos no processo pedagógico e transpor limites impostos pelos sistemas.

A estruturarmos o currículo da escola, devemos buscar a sintonia entre as disciplinas e a aplicação prática na vida do aluno. A articulação de conceitos com o contexto do aluno é o que dá significado ao conhecimento. A força do currículo centrado em disciplinas tradicionais é realidade, porque trabalhamos sob a égide do estado, portanto de uma centralização curricular. Contudo, há nesse campo de trabalho, espaços possíveis de serem ocupados, com ações alternativas para além das determinações oficiais.

Os PCNs e os Temas Transversais podem se constituir em importante referência para o nosso trabalho. Precisamos dar-lhes novos sentidos, tirando-os da

subordinação às disciplinas tradicionais e dimensionando-os para a vida cotidiana do aluno. São documentos que nos oferecem um leque de possibilidades para construção de saberes e ao desenvolvimento de competências que ultrapassam o conteúdo disciplinar. Se bem trabalhados, os PCNs e os Temas Transversais podem se tornar peças importantes do currículo e assegurar espaços de debates sobre as questões sociais, redimensionando saberes para além das realidades locais ou regionais.

Outro elemento que consideramos importante na discussão do currículo diz respeito ao livro didático e ao papel que ele desempenha na prática pedagógica, num processo que tem início na avaliação e aprovação pelo MEC até a escolha pelos professores nas escolas. Em alguns contextos o livro didático desvincula-se totalmente da organização curricular da escola e tem a função de preencher um vazio pedagógico; em outros, adquire importância ao cumprir a função de currículo escolar, pela inexistência de um processo curricular fundamentado em conhecimentos necessários e úteis aos alunos.

Assim como o livro didático, outros instrumentos atuam nas políticas de currículo como favorecedores de uma centralização curricular e sustentam as concepções homogêneas. Podemos citar, entre outros, a determinação de competências com foco em resultados, os modelos internacionais de avaliação e as propostas verticais de reforma. Além desses, apontamos também alguns recursos tecnológicos, difundidos nas escolas, que não funcionam a contento, pela inoperância dos sistemas disponibilizados e pela qualidade dos equipamentos.

A importância de uma proposta curricular edificada em bases democráticas possibilita corrigir distorções, modificar, refazer o percurso ou mesmo retomá-lo em outras dimensões, mas sempre conduzindo a ação pedagógica em sintonia com o processo social presente na escola. Dessa forma, o currículo não adquire o caráter de neutralidade e torna-se de fato um instrumento flexível e aberto.

Como peça valorizada no discurso pedagógico atual, na legislação educacional e nos planos de ensino, o trabalho com projetos precisa ter foco na aprendizagem e deve buscar dimensões significativas da realidade do aluno. A LDB (1996) propõe para

o Ensino Fundamental uma temática diversificada, que pode ser mais maior abrangente se trabalhada através de projetos, para alcance dos objetivos que transcrevemos:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, Art. 32).

A educação nos anos iniciais do ensino fundamental tem relevância na formação do aluno, pois as bases do conhecimento científico estão centradas nessa etapa. Nesta perspectiva, o trabalho com projetos torna-se um importante recurso pedagógico ao possibilitar um trabalho mais dinâmico, significativo e que pode perpassar as fronteiras do local para o global. A proposta de projetos é enriquecedora e amplia o acervo cultural do aluno. No entanto, precisamos de clareza na definição de seus objetivos e finalidades para que eles não cumpram simplesmente uma agenda decorativa, revelando uma falsa ideia de que a escola trabalha de forma motivadora e criativa, na linha da contemporaneidade pedagógica.

Desse modo, precisamos criar responsabilidades e aprofundar os significados das nossas ações pedagógicas. Nenhum gesto da prática educativa pode ocorrer na neutralidade e com esvaziamento de sentido. Para o que nos propusermos a fazer na construção e implantação das ações do currículo em nossa escola, precisamos ter clareza do nosso ato de educar, pois este produz efeitos da ordem do subjetivo e alcança a mente de nossos alunos. Efeitos esses, que podem contribuir de forma significativa com processos humanos emancipatórios ou legitimar uma condição cultural e social desfavorável, fortalecendo as teorias e concepções de currículo que sustentam uma sociedade excludente.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Articulados com o currículo, os tempos e espaços escolares, como elementos

estruturantes, adquirem relevância na elaboração do PPP, pois é pela noção de seus tempos e espaços que a escola torna possível o percurso escolar do aluno, o trabalho docente e define a duração dos ciclos de aprendizagem.

Considerados construções humanas, os tempos e espaços escolares não podem ser compreendidos como estruturas estáticas, mas passíveis de transformações pela intervenção dos envolvidos nos processos escolares. Logo, as escolas como instituições sociais têm seus tempos e espaços próprios e neles desenvolvem as ações pedagógicas de acordo com suas necessidades e objetivos.

Os tempos e espaços escolares fazem parte da cultura das instituições educativas, considerando que é no espaço da escola que se estabelecem o tempo pedagógico, o tempo do planejamento, das reuniões e o tempo das aprendizagens.

O tempo escolar não pode se caracterizar pela neutralidade, pois sempre estará relacionado a diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Nessa perspectiva, esses elementos são determinantes do modelo de ensino e aprendizagem que a escola processa (CAVALIERE, 1018, 2007).

Muitas das concepções da modernidade relativas aos tempos e espaços escolares também trazem uma marca hierárquica que conduz os processos escolares a uma homogeneização. Em consequência, alunos são dispostos em turmas, séries, ciclos, salas, e nelas esses se posicionam para cumprir etapas letivas, com calendário fixado a partir de determinações legais, com atividades avaliativas previstas em semanas e outras ações com determinação cronológica. A organização da escola ao longo do tempo, com um caráter fragmentado, dividida em tempos e espaços determinados e estruturas que conduzem a uma hierarquização dos alunos. Nesse sentido, FARIA FILHO e VIDAL (2000, p.21) trazem a reflexão:

Pois, como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos. E a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos, séries, horários, relógios, campanhas ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (FARIA FILHO E VIDAL p.21, 2000).

A ampliação do tempo do aluno na escola surge de urgências da modernidade, entre elas, a busca de melhores resultados da ação escolar, adequação da escola às condições da vida urbana, principalmente da nova condição da mulher e às novas concepções de educação escolar, indicando mudanças no papel da escola. (CAVALIERE, p.1016, 2007).

Reconhecendo o princípio da autonomia, a LDB trouxe inovações instituindo no artigo 23, a flexibilidade de organização dos tempos escolares. ³ Assim a escola precisa orientar-se por aspectos normativos estabelecidos, como número de dias letivos, carga horária anual, módulo-aula, de forma a assegurar o tempo fixado e garantir o tempo de escolaridade ao aluno. Os princípios dos ciclos escolares e da recuperação de estudo, ligados estritamente aos tempos escolares, estão também contemplados na LDB, proporcionando ao aluno diferentes tempos adquirir competências e habilidades e realizar a sua aprendizagem.

Assim a escola precisa orientar-se por aspectos normativos estabelecidos, como número de dias letivos, carga horária anual, módulo-aula, de forma a assegurar o tempo fixado e garantir o tempo de escolaridade ao aluno. Os princípios dos ciclos escolares e da recuperação de estudo, ligados estritamente aos tempos escolares, estão também contemplados na LDB, proporcionando ao aluno diferentes tempos para favorecer a aprendizagem. Respeitadas essas demarcações legais a escola organiza suas atividades com base nas proposições do seu PPP.

Ainda em relação ao tempo escolar, podemos incorporar a pertinente discussão sobre o tempo que amplia a permanência do aluno na escola, em decorrência das propostas de implantação do tempo integral. Estes programas têm sido disponibilizados às escolas e têm representado um desafio a ser enfrentado pelos sistemas educacionais, pelos profissionais e pelas instituições educacionais.

Importante ao considerar o tempo integral é o entendimento deste como política capaz de proporcionar a necessária melhoria na qualidade do ensino. Portanto, a ampliação do tempo escolar deve ser pensada com referência na aprendizagem e não a aprendizagem com referência no tempo.

A permanência do aluno por um tempo maior na escola deve estar articulada às

ações previstas no PPP, pois estas precisam constituir-se em um conjunto de relações que possibilitem o fazer pedagógico, rompendo com estruturas fragmentadas de tempos e espaços escolares. A organização da escola ao longo do tempo, com um caráter fragmentado, dividida em tempos e espaços determinados e estruturas que conduzem a uma hierarquização dos alunos. Nesse sentido, FARIA FILHO e VIDAL (2000, p.21) trazem a reflexão:

Pois, como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos. E a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos, séries, horários, relógios, campanhas ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (FARIA FILHO E VIDAL p.21, 2000).

Neste sentido, procuramos compor cenários com a verdadeira concepção de espaço e tempos escolares como elementos constitutivos de relações saudáveis construídas através do diálogo e da busca de consensos. É evidente que as políticas educacionais com suas determinações e imposições produzem efeitos na escola. Mas, necessariamente não precisamos reproduzir a rigor o que está estabelecido, pois podemos e devemos reverenciar nossos valores e impulsionar na escola as ações em tempos e espaços que legitimem a nossa realidade.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Acompanhando as tendências sobre as práticas escolares contemporâneas temos procurado buscar meios adequados para organizar a escola que facilitem e ampliem condições de aperfeiçoamento na gestão escolar. Todos os movimentos e as organizações sociais abrem espaços para novos formatos nos processos de tomada de decisões. A escola vem se adaptando a esse modelo e buscando espaços para expressar suas ideias e reivindicações. Vem lutando para que estas sejam ouvidas, dentro de um crescente processo de participação, entendendo-se que essa participação constitui-se como “um processo e é a aprendizagem do poder

em todos os momentos e lugares em que se esteja vivendo e atuando” (SALES, 2006, p.125).

Essa aprendizagem é de grande importância para o exercício da cidadania e da democracia vivenciada na instituição e refletida na sociedade, na conquista de direitos e na tentativa de exercê-los de forma direta ou indireta através de representação ou de participação.

A ideia de gestão democrática está intrinsecamente relacionada à de autonomia:

A autonomia é um campo de forças, onde se confrontam e equilibram diferentes detentores de influência (externa e interna) dos quais se destacam: o governo, administração, professores, alunos, pais e outros membros da sociedade local [...] Ela é um conceito construído social e politicamente pela interação dos diferentes atores organizacionais, numa determinada escola. (BARROSO, 2001, p.17).

Todavia, essa autonomia da escola não pode ser reduzida apenas ao seu caráter jurídico-administrativo. Ela é a luta pela participação nas decisões, nos problemas de interesses não só da escola, mas da comunidade como um todo: os alunos, os professores, os funcionários e os pais através do Colegiado Escolar, enquanto órgão de representação dos segmentos escolares vivencia a experiência de gerir seus interesses e de ampliar sua participação.

A autonomia é uma das condições fundamentais para que a escola torne-se democrática e participativa. Sua operacionalização vincula-se à denominada gestão colegiada, ou seja, ao envolvimento de toda a comunidade escolar nas decisões sobre o funcionamento da escola e as decisões coletivas sobre os rumos que a escola deve tomar. Porém, é necessário estar atento para o jogo de forças no exercício dessa autonomia na escola. A realização de interesses e de direitos está calcada também na falta de tradição em participar da comunidade local. Ampliando o olhar sobre esse ângulo, percebe-se que essa participação ainda está em processo e é limitada também pela ausência de vivências coletivas de participação no âmbito local.

No contexto educacional pode-se considerar a gestão escolar como recente, advinda das necessidades e mudanças no contexto escolar, se organizando para atender as demandas atuais, ou seja, formar cidadãos críticos e ativos para a inserção na sociedade. A gestão escolar surgiu com o intuito de melhorar a

instância de organização e funcionamento da escola. Sendo assim, tem um grande desafio pela frente que é atender as exigências contemporâneas para oferecer educação de qualidade.

Nesta perspectiva, as finalidades políticas e pedagógicas que norteiam o trabalho da gestão escolar, podem ser articuladas com inúmeras discussões e decisões frente às ações, programas ou projetos implementados pela escola. Neste contexto de discussões e articulações, surge a gestão democrática. Segundo PARO (2002):

A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão de divergências nas discussões e decisões.

(PARO,p.96,2002)

A gestão da educação, quando pensada numa perspectiva democrática, nos revela a necessidade de pensarmos numa escola que se caracterize não somente por determinações do sistema ou por uma insipiente democracia. Ou se desenvolver em uma conjuntura baseada na ação e decisão de poucos, mas que se constitua a partir do envolvimento de todos que precisam ser vistos como sujeitos escolares no espaço da gestão

Neste contexto, podemos afirmar que a gestão escolar se organiza a partir da gestão pedagógica e esta deve ocupar a centralidade das ações na escola, a gestão de recursos humanos e a administrativa, que se ocupa das questões gerais envolvendo os processos burocráticos e é responsável pelos registros que compõem o patrimônio documental da escola.

Nesta perspectiva democrática, a Escola Municipal Bias Fortes, percebe a necessidade de ter uma gestão democrática e participativa. Existe integração entre todos os segmentos que compõem a escola, o que caracteriza uma dinâmica participativa na comunidade escolar.

As decisões são tomadas em comum acordo reuniões pedagógicas, com o colegiado e com a comunidade escolar, dependendo da pertinência do tema ou assunto a ser tratado.

A relação entre gestor e os órgãos internos e externos é de respeito e cordialidade facilitando o bom funcionamento da escola. Ainda prevalece o sistema de hierarquia, mas sem autoritarismo, com diálogo, sem perder o vínculo de amizade e harmonia entre a comunidade escolar aqui entendida pelos pais, professores, alunos, funcionários, direção e administração.

A estrutura deliberativa e administrativa da escola está ligada diretamente à direção juntamente com toda equipe gestora, serviço pedagógico, professores e pessoal administrativo. As decisões que envolvem diretamente o funcionamento interno da escola são tomadas em reuniões de módulo, ou reunião pedagógicas e administrativas, realizadas periodicamente. Quando o assunto é voltado para o público externo, envolvendo diretamente a comunidade local são convocadas reuniões específicas para resolver o assunto em questão.

As escolas da rede municipal são geridas por pessoas indicadas pelo prefeito municipal, obedecendo a critérios específicos como ser servidor efetivo e ter graduação na área da educação.

Nossa escola possui Conselho fiscal, órgão que fiscaliza a Caixa escolar e acompanha a gestão financeira. O Colegiado tem função consultiva e deliberativa, é constituído pela direção, professores, supervisores, pelos representantes de alunos e de pais. Como instância superior da escola, o Colegiado escolar, viabiliza o debate em torno das dimensões financeira, administrativa e pedagógica.. Nesse espaço de discussão, consensos são construídos através do diálogo que contemplam posturas e opiniões de seus membros.

O processo ensino-aprendizagem é acompanhado pelo Departamento Municipal de Educação, DME, que por sua vez é vinculado à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais através da 3ª SRE de Barbacena. Seguindo as orientações advindas destes órgãos, somos avaliados por programas dos governos estadual e federal.

Além dessas avaliações, o DME, acompanha e promove simulado, para as turmas do 3º e 5º anos, buscando avaliar a qualidade do ensino de nossos alunos e, a partir dos resultados verificados, redirecionar ações e programas e possíveis investimentos.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho dentro da escola vêm sendo pautadas em princípios como respeito, solidariedade, reciprocidade e cumplicidade. Estes se articulam para que o clima da escola proporcione as condições de um trabalho com resultados positivos e alcance dos objetivos propostos. O grupo de trabalho precisa ser integrado, com interesse na aprendizagem dos alunos, mostrar-se comprometido não só em relação aos conhecimentos, mas em relação a formação integral do aluno, transcendendo os muros da escola, fazendo com que a escola chegue até as famílias, melhorando assim a realidade de muitas pessoas.

O papel do gestor está voltado para mediar as situações de conflitos que aparecem todos os dias em nossa rotina. Para esse trabalho, o diálogo é o melhor caminho. Reuniões pedagógicas e administrativas são realizadas periodicamente para discutir o aproveitamento dos alunos e o bom andamento da escola como um todo.

assunto é resolvido compreendendo as diversidades, sem discriminações. Nesse ambiente, as relações interpessoais são tratadas em suas peculiaridades, respeitando sempre uns aos outros como seres humanos, passíveis de erros e acertos.

Percebe-se no contexto da escola, possibilidades do trabalho docente, quando este se realiza a contento. Quando o professor, apesar das condições adversas, assume a tarefa docente com empenho e motivação acreditando no seu potencial de conhecimento e sabe como realizar a mediação com o aluno. No entanto, observamos que alguns ainda têm pouco controle sobre o que ensina na sala de aula. A autonomia do professor é muito limitada, e depende muito das condições de trabalho que o envolve.

Há fatores que precisam ser lembrados e que também colaboram para definir o desempenho do educador são eles. Entre esses podemos citar a violência nas instituições escolares, o esgotamento do professor diante das exigências do sistema e o excesso de burocracia, Nessa análise, precisam-se também considerar o desrespeito e a desconstrução da imagem do professor no contexto atual, fortalecido pela mídia e meios de comunicação. Precisamos construir caminhos possíveis para

a Educação, desmistificando e desvendando a ideologia presente, para torná-la um instrumento real de transformação de uma realidade.

Conflitos entre atores escolares são realidades vivenciadas no interior de muitas escolas, provocando rupturas de laços sociais. É natural que essas situações se revelem, pois onde ocorrem formas diferentes de representação ocorre também a diferença do pensamento e a afirmação da existência de interesses opostos no interior das unidades. No entanto, estes devem ser vistos como objetos de construção de consensos e nesse momentos de conflito é que as relações dialógicas devem prevalecer.

7. AVALIAÇÃO

As reflexões sobre avaliação no contexto escolar têm ganhado importância na atualidade quando se busca uma verdadeira definição para o seu significado, justamente porque esse tem sido um dos grandes desafios da prática pedagógica.

A avaliação constitui-se numa prática social ampla, que tem origem na própria capacidade que o ser humano tem de observar, refletir e julgar. No entanto sua dimensão na escola não tem tido a clareza necessária para proceder a uma avaliação real e justa. Ela continua sendo sintetizada, ao longo das décadas como atribuição de notas que aprovam ou reprovam, mas que nem sempre traduzem realidades de aprendizagens.

A avaliação não pode ser instrumento de poder nas mãos do professor mas ter objetivos definidos do que se quer alcançar com ela. Precisa constituir-se em reflexão transformada em ação e subsidiar decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do processo educativo. Deve abranger todo o processo ensino-aprendizagem, através de meios que venha considerá-la como ferramenta para melhorar a qualidade do ensino. Isto implica conhecer a escola como um todo, não em partes fragmentadas, considerando todos os aspectos que envolve o aluno: a parte física da escola, a relação professor-aluno, a relação família-escola e a comunidade em que esta escola está localizada.

Dentro da Escola Municipal Bias Fortes estes aspectos estão sendo analisados e implantados aos poucos. A realidade é parecida com a maioria das escolas, falta o compromisso dos profissionais e da família em transcender os muros da escola, levando conhecimentos para os lares e a comunidade em que os alunos estão inseridos.

A avaliação precisa ser vista como processo que eleve o conceito de educação e que possa efetivamente elevar a qualidade de aprendizagem do aluno. Precisa-se a partir de uma visão humanista e compreender que cada aluno tem seu tempo de aprendizagem e este como portador do direito à educação, tem também o direito á uma avaliação justa.

Para que a avaliação possa atender aos propósitos desejados, deverá seguir critérios pré-definidos entre toda equipe escolar e deverá apresentar as seguintes características:

- Diagnóstica e investigativa;
- Contínua e processual;
- Dinâmica e participativa.

Os instrumentos de avaliação serão os mais variados possíveis: escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou em grupos .

Todas as atividades utilizadas para avaliar devem servir à observação, interpretação e investigação do professor, que buscará, assim, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar índices de progresso. Os resultados destas avaliações serão registrados em notas e conceitos permitindo ao aluno e a família uma visão melhor dos avanços e dificuldades na aprendizagem.

São distribuídos por bimestre o total, 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 100 (cem) pontos ao final do ano letivo, tendo como objetivo determinar indicadores do desempenho do aluno, considerando a aquisição de hábitos, atitudes e habilidades necessárias ao desenvolvimento cognitivo e sensorial do educando.

7.1 – Avaliação Diagnóstica

Permite ao professor, através de observação sistemática de

comportamentos e atitudes, conhecer melhor os alunos e analisar seu desempenho nas atividades propostas em classe, conscientizando-os de suas obrigações e deveres, podendo assim planejar de forma eficiente o seu trabalho.

7.2 - Avaliação formal

Baseia-se na verificação de conhecimentos e deverá ser desenvolvidas ao longo dos bimestres, através de trabalhos escritos, orais, atividades em classe, individual ou em grupos, provas e testes.

Dentro da realidade da escola analisada, existem duas formas de avaliar, tendo em vista que os anos iniciais do ensino fundamental estão divididos em Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e Sérição (4º e 5º anos).

Os três primeiros anos do Ensino Fundamental constituem um ciclo ininterrupto, denominado Ciclo de Alfabetização, com regime de progressão continuada não passível de reprovação do 1º ao 3º ano. A promoção se dará automaticamente ao término de cada ano letivo. Os dois últimos anos do ensino fundamental funcionam no regime de seriação e nesta modalidade pode ocorrer a reprovação.

A avaliação no Ciclo da Alfabetização far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da aprendizagem em fichas individuais próprias para cada aluno.

Os alunos são avaliados por conceitos:

- A - Além das expectativas
- B - Dentro das expectativas
- C - Atingiu com ressalvas as expectativas
- D - Aquém das expectativas

Nas turmas de seriação, 4º e 5º anos, a avaliação é feita através de notas que são atribuídas nas disciplinas Português, Matemática, História, Geografia, Ciências conforme descrição:

Durante o ano são distribuídos 100 (cem) pontos que são divididos em quatro bimestres de 25 (vinte e cinco) pontos cada.

Esses 25 (vinte e cinco) são assim distribuídos: 13,0 (treze) pontos em avaliação escrita (avaliação formal), 6,0 (Seis) pontos em testes (avaliação formal), e

os outros 6,0 (seis) pontos em trabalhos, pesquisas a critério do professor regente (avaliação formal ou descritiva).

No final do ano letivo, para a aprovação no 4º e 5º anos serão necessários à média mínima de 60% (sessenta por cento) do total de pontos distribuídos durante o ano. Nas disciplinas Educação Religiosa, Artes, Segurança do trabalho, Literatura e Produção Textual a avaliação acontece através do uso dos conceitos:

- A - Além das expectativas;
- B - Dentro das expectativas;
- C - Atingiu com ressalvas as expectativas;
- D - Aquém das expectativas.

7.3- Avaliação descritiva

Permite ao professor através de observação sistemática, conhecer melhor os alunos e analisar seu desempenho nas atividades propostas em classe e responsabilizá-los por suas obrigações e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do PPP de modo coletivo e por meio de uma gestão democrática é um dos pontos considerados centrais na discussão das políticas públicas para a educação. O envolvimento da comunidade escolar na gestão da escola aumenta a responsabilidade de todos com as ações e concepções aqui descritas e acena para a conquista da autonomia da escola.

Pretende-se a partir do PPP estabelecer um norte para os trabalhos pedagógicos que se desenvolvem na escola. Por não dar conta de todas as dimensões que perpassam o cotidiano da escola é sensato ressaltar que o PPP não pode ser visto como único e exclusivo meio de referência, impedindo o desenvolvimento da criatividade do corpo docente e também do corpo discente. Assim, coerência e flexibilidade são elementos fundamentais no trabalho da escola. O entendimento é de que este deve sim direcionar a gestão escolar, devendo ser avaliado e modificado sempre que as condições objetivas e subjetivas assim o exigirem,

conforme analisa GADOTTI (apud Veiga, 2001, p.18):

“Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.”

Após a implementação do PPP, a escola apresenta mudanças, mesmo que pequenas, mas que já significam bastante. A inclusão vem se efetivando, temos quatro alunos portadores de necessidades educacionais especiais, com professores de apoio individual. A direção, juntamente com a equipe administrativa e professores fazem trabalhos direcionados e têm procurado conscientizar os pais, da necessidade de participar da vida escolar do filho. Os professores participam de cursos de formação continuada. Nota-se o esforço em mudar a realidade dessas crianças e suas famílias. O PPP está direcionado aos problemas reais do cotidiano, da comunidade escolar aqui inserida.

Sabemos, contudo que a elaboração e desenvolvimento do PPP de forma participativa por si só não é suficiente para resolver todos os problemas da escola e da educação, pois sabemos dos nossos limites. Principalmente quando esbarramos nas imposições do sistema ou nas carências das políticas de financiamento das escolas.

Mas é a partir das concepções de gestão democrática e da busca de autonomia, que é possível avançar em direção a um novo modelo de trabalho pedagógico. O espaço da escola pertence a todos e não é um organismo estático. O que torna também o PPP um instrumento passível de se adequar às demandas urgentes da escola. Ele pode e deve sofrer alterações sempre que necessário.

Deve fazer parte da ação da comunidade escolar a avaliação do PPP, pois avaliar é sempre julgar a realidade num processo de ação-reflexão-ação. A avaliação confronta os resultados alcançados com os resultados desejados e é a partir dessa avaliação que alcançaremos a educação de qualidade como direito de todos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica*. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto; Aguiar, Márcia Ângela da S. (org.). *Gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROSO, João. *Relatório da disciplina "Teoria das organizações e da administração Educacional"*. Lisboa: faculdade de psicologia e Ciências da educação da universidade de Lisboa, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

BUSS, A. M. B. *Entidades de gestão democrática*. SED, 2008.

_____. FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. *Conselho Escolar e a aprendizagem na escola*. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*, São Paulo, Ática, 1995.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. *Gestão escolar e o processo de tomada de decisão*. Disponível em [HTTP://www.nead.unama.br/site/bibdidigital/.br/2011/10/resolucao-cee-n-4512003-educacao.html](http://www.nead.unama.br/site/bibdidigital/.br/2011/10/resolucao-cee-n-4512003-educacao.html) acesso em: 02/08/2014

LOPES, Alice Casimiro. *Discurso nas políticas de currículo*. Currículo sem fronteiras, v.6, n2, pp33-52, Julho de 2003. Disponível em moodle 3.mec.gov.br Acesso em 22 de julho de 2014.

LUCCHESI, M. A S. *O diretor da escola pública, um articulador*. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) *Administração escolar e política da educação*. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

MINAS GERAIS, Governo de. Secretaria de Estado da Educação. *CBC Educação Básica*. Belo Horizonte: 2005. : <<http://crv.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 28 de julho de 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEF, 1999, 360 p.

MOREIRA, Antônio Flávio & outros. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: MEC/SEB, 2002.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2002. p.96. REVISTA GESTÃO EM REDE. “Gestão democrática do ensino público”. 3º volume. Série Estudos, Março, 1998.

_____. *Propostas curriculares alternativas: limites e avanços*. Disponível em Moodle3.MEC.gov.br. Acesso em 22 de Julho de 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação. *Novo Plano Curricular – Ensino Médio*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 28 de Julho de 2014.

_____. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. ET Al. *Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola*. 2010. Disponível em moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 05 e 06 de ago